



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **Projeto de Lei nº 74/2025**

**Autoria:** Poder Executivo Municipal

**Ementa:** Autoriza a cessão de uso de veículo pertencente à Secretaria Municipal de Educação ao Paço Municipal de São João do Ivaí e dá outras providências.

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise tem por finalidade autorizar a cessão de uso de um veículo automotor — modelo Spin LT 1.8, ano 2020/2021, placa BEU-2H38 — atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, para utilização prioritária em viagens oficiais e compromissos institucionais do Chefe do Poder Executivo.

A justificativa anexa ao projeto ressalta que o veículo encontra-se em perfeitas condições de uso, já integra o patrimônio do Município e sua cessão objetiva racionalizar o uso da frota pública, com vistas à eficiência administrativa.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

##### **1. Constitucionalidade**

A proposta se insere na esfera de competência legislativa municipal, conforme disposto no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que confere aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Além disso, a medida proposta respeita os princípios constitucionais da Administração Pública, insculpidos no caput do art. 37 da CF/88, notadamente:



*Legalidade:* a autorização legislativa torna legítima a cessão de uso entre órgãos municipais.

*Impessoalidade:* a norma não se destina a favorecer pessoa física específica, mas sim um órgão da Administração.

*Moralidade e Eficiência:* a medida visa racionalizar os recursos logísticos da Administração Pública, otimizando o uso de bens patrimoniais.

## **2. Legalidade e Juridicidade**

Do ponto de vista jurídico, a cessão de uso de bens públicos entre órgãos da mesma pessoa jurídica de direito público interno (no caso, o Município) configura cessão administrativa interna, e não alienação. Por essa razão, não se submete às exigências de licitação ou autorização especial previstas nos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666/1993.

A cessão entre unidades da Administração Direta é, portanto, juridicamente viável, desde que:

- Não haja alteração da titularidade do bem;
- O bem permaneça no patrimônio do Município;
- A finalidade pública esteja presente e devidamente justificada;
- As obrigações de conservação e zelo sejam previstas.

O projeto observa todos esses requisitos.

## **3. Técnica Legislativa**

A estrutura normativa do Projeto de Lei atende aos parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 95/1998, com as seguintes observações:

- Epígrafe e ementa adequadas e concisas;
- Caput do artigo 1º define de forma clara o objeto da norma;
- Demais artigos disciplinam com clareza a finalidade, os limites da utilização do bem, a preservação do patrimônio e a vedação de uso particular;
- Cláusula de vigência no art. 5º está adequada ao tipo de norma.



Não há vícios de forma, redação ou estrutura normativa que comprometam a legalidade ou a clareza da norma proposta.

#### **4. Conformidade com a Administração Pública**

A cessão do veículo, embora originalmente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, encontra respaldo em uma das principais diretrizes da gestão pública moderna: a eficiência administrativa.

É plenamente aceitável, sob o ponto de vista da gestão patrimonial, que um bem ocioso ou subutilizado em determinada secretaria seja remanejado para outro órgão que dele necessite, desde que observada a:

- Finalidade pública;
- Publicidade e transparência do ato;
- Continuidade da prestação do serviço da secretaria de origem.

Neste caso, os documentos fornecidos evidenciam que o veículo encontra-se ativo, em perfeitas condições de uso, e que continuará a integrar o patrimônio do Município, sob controle do órgão cessionário, com responsabilidades claramente delimitadas.

#### **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante da análise técnica, jurídica e normativa, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 74/2025, por estar revestido de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa. Recomendo, como boa prática administrativa, que o Poder Executivo registre a cessão em termo próprio e mantenha controle rigoroso da utilização do veículo, com fiscalização pelos órgãos competentes.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 2025.

**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
**Relator da Comissão de Justiça e Redação**



### **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, após minuciosa análise do Projeto de Lei nº 74/2025, manifesta-se pela sua aprovação, por entender que a proposição respeita os princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, encontra amparo na legislação vigente e apresenta técnica legislativa adequada.

Recomenda-se, contudo, que a cessão seja acompanhada de termo de responsabilidade, registro contábil apropriado e controle de uso por parte da Administração, conforme orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

  
**Astalair Tiba Monteiro**  
*Membro*